



URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E DESIGUALDADES SOCIAIS: ANÁLISE DE MONTES CLAROS/MG

*CONTEMPORARY URBANIZATION AND SOCIAL INEQUALITIES: ANALYSIS OF
MONTES CLAROS / MG*

*URBANIZACIÓN CONTEMPORÁNEA Y DESIGUALDADES SOCIALES: ANÁLISIS
DE MONTES CLAROS / MG*

Iara Soares de França ⁽¹⁾

⁽¹⁾ *Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros/MG (UNIMONTES)E-mail: iara.franca@unimontes.br*



Resumo

Uma das características da urbanização contemporânea refere-se à ampliação das desigualdades no âmbito do processo geral da reprodução capitalista ampliada e nas cidades podem ser verificados os efeitos. Independente do formato da cidade, crescimento, localização, as desigualdades ali se manifestam. Especificando essa dinâmica têm-se as cidades médias do Brasil, situadas nesse estudo a partir de Montes Claros/MG. Portanto, este texto analisa as desigualdades sociais a partir de indicadores sociais, econômicos na escala intraurbana dessa cidade média. Os resultados apontam que Montes Claros inserida na dinâmica, complexidade e diversidade da urbanização brasileira tem seus papéis, funções, conteúdos e formas alterados. Enfrenta uma série de desafios relativos ao combate à pobreza, distinção de renda, provisão de serviços públicos e condições urbanas e ambientais como a moradia e os espaços públicos. Do ponto de vista prospectivo, Montes Claros, dada sua especificidade, por meio dos governos e de novas formas de gestão urbana deve atender as demandas sociais para amenizar os problemas de ordem ambiental, social, estrutural e econômico, transformando a realidade urbana e, com isso, possibilitando a realização e apropriação do urbano pela sua população.

Palavras-chave

Urbanização Contemporânea; Desigualdades Urbanas; Montes Claros.

Abstract

One of the characteristics of contemporary urbanization refers to the widening of inequalities within the scope of the general process of expanded capitalist reproduction and in the cities the effects can be verified. Regardless of the city's shape, growth, location, inequalities are manifested there. Specifying this dynamic are the medium-sized cities in Brazil, located in this study from Montes Claros / MG. Therefore, this text analyzes social inequalities based on social and economic indicators on the intra-urban scale of this average city. The results show that Montes Claros inserted in the dynamics, complexity and diversity of Brazilian urbanization has its roles, functions, content and forms changed. It faces a series of challenges related to combating poverty, income distinction, provision of public services and urban and environmental conditions such as housing and public spaces. From a prospective point of view, Montes Claros, given its specificity, through governments and new forms of urban management must meet social demands to alleviate environmental, social, structural and economic problems, transforming urban reality and, with this, enabling the realization and appropriation of the urban by its population.

Keywords:

Contemporary Urbanization; Urban Inequalities; Montes Claros.

Resumen

Una de las características de la urbanización contemporánea se refiere a la expansión de las desigualdades dentro del alcance del proceso general de reproducción capitalista expandida y en las ciudades los efectos pueden ser verificados. Independientemente de la forma de la ciudad, el crecimiento, la ubicación, las desigualdades se manifiestan allí. Especificando esta dinámica están las ciudades medianas de Brasil, ubicadas en este estudio de Montes Claros / MG. Por lo tanto, este texto analiza las desigualdades sociales basadas en indicadores sociales y económicos en la escala intraurbana de esta ciudad promedio. Los resultados muestran que Montes Claros insertado en la dinámica, la complejidad y la diversidad de la urbanización brasileña ha cambiado sus roles, funciones, contenido y formas. Se enfrenta a una serie de desafíos relacionados con la lucha contra la pobreza, la distinción de ingresos, la provisión de servicios públicos y las condiciones urbanas y ambientales, como la vivienda y los espacios públicos. Desde un punto de vista prospectivo, Montes Claros, dada su especificidad, a través de los gobiernos y las nuevas formas de gestión urbana, debe cumplir con las demandas sociales para aliviar los problemas ambientales, sociales, estructurales y económicos, transformando la realidad urbana y, con esto, permitiendo la realización y apropiación de lo urbano por su población.

Palabras clave:

Urbanización contemporánea; Desigualdades urbanas; Montes Claros.

Introdução

No momento atual o processo de reestruturação produtiva e espacial no mundo atrelado as alterações profundas ensejadas no modo capitalista de produção, provoca muitas transformações como a aceleração da urbanização e sua complexidade recente com efeitos em todas as escalas geográficas. Essa Nova Urbanização está associada, nos dizeres de Soja (2013), à continuidade ou mesmo o aumento da polarização cultural, política, econômica e social, o que demonstra as raízes socioeconômicas desse processo. Este processo se acentua e marca as aglomerações urbanas no Brasil.

Nessa nova configuração espacial, os paradoxos se aprofundam. Para a compreensão desse quadro, não se pode prescindir da análise efetivada por Harvey (2006) na Teoria de Desenvolvimento Desigual em distintas escalas geográficas que permite a compreensão das desigualdades sociais acumuladas no Brasil em suas especificidades. O autor considera a natureza geográfica das desigualdades socioeconômicas entre países e regiões, numa base teórica e metodológica, produzidas pelo capitalismo e, que por sua vez, ocasiona a diferenciação do espaço geográfico.

Este processo de desigualdade marca as aglomerações urbanas do mundo e entre elas, as latino americanas. No Brasil dada a sua formação socioespacial a desigualdade é histórica, desde o período colonial, (séculos XVI e XVII), pela ação dos grupos hegemônicos, se manifesta em diferentes escalas produzindo regiões no país economicamente desenvolvidas, dinâmicas, prósperas, fluídas e outras menos desenvolvidas materializadas no território. (Santos; Silveira, 2001).

Brandão (2017 p.114) interpreta as desigualdades pontuando que embora o Brasil tenha construído virtuosamente a articulação econômica, a integração dos mercados regionais e a unidade nacional, todo o processo se deu sob um pacto de dominação ultraconservador, antidemocrático e antipopular. Apesar de ter engendrado socioeconomias urbano-regionais e rurais bastante complexas e modernas, estas estiveram – e continuam estando – submetidas à estrutura política arcaica deste pacto, que soldou alianças políticas e um contrato social produtor de todas – e simultâneas – expressões de desigualdades. Com base no pensamento do autor: “Acredita-se que o país tenha montado, talvez, a maior máquina de (re)produção de desigualdades do planeta”.



Num contexto de transformações econômicas, demográficas e territoriais do Brasil, e, particularmente desde o início do século XX¹ é evidente um espaço geográfico nacional marcado por grandes disparidades, contradições, sendo que a concentração de renda nos ricos eleva os níveis de pobreza da população. A desigualdade entre as classes é também evidente em relação ao consumo e disparidade de equipamentos coletivos, desigualdades nos níveis de acessos de infraestrutura e serviços urbanos, além de direitos sociais como educação, saúde e emprego, notadamente.

Nas cidades brasileiras as desigualdades sociais têm como uma das principais causas a ausência ou ineficácia de planejamento urbano, pela ação do Estado, sobretudo, a quem caberia estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável econômica, social, estrutural e ambientalmente, por meio dos instrumentos urbanísticos, por exemplo, o Plano Diretor instituído pela Lei do Estatuto da Cidade de 2001².

Tudo isso se dá numa sociedade capitalista que é lócus da ação de diversos agentes como o Estado, os proprietários de terras, agentes imobiliários que organizam e produzem o espaço urbano. A partir das ações isoladas e combinadas desses agentes, a cidade, “expressão da relação dialética entre sociedade e espaço”, (CARLOS, 2011, p.76), se projeta como um espaço de expressão de processos socioeconômicos e espaciais diversos, entre eles, as desigualdades. Uma realidade contraditória com concentração de indicadores de riqueza e renda, concomitante, a vinculação a inúmeras situações de pobreza e exclusão social decorrentes das relações sociais de produção ao longo do tempo passado e presente.

Em recente publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2020) pesquisa Desigualdade Social e Econômica constata que somos um país muito desigual e, o mais grave, registra-se crescimento desse índice entre os anos de 2017 e 2019. Em 2019 o estrato de 1% da população brasileira mais rica tinha uma renda média 33,7 vezes maior que a metade da população mais pobre do país. O Índice de Gini, instrumento que mede a desigualdade de renda, para o Brasil ficou em 0,543, no ano de 2019.

Nesse diapasão, este texto analisa as desigualdades sociais a partir de indicadores sociais, econômicos e de características do espaço intraurbano cidade média de Montes Claros/MG. Para tanto, foram analisados dados produzidos ou disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, tais como Produto Interno Bruto Per capita, Índice de GINI, Índice de Desenvolvimento Humano. Também foram examinados indicadores de

¹ No Brasil a urbanização se intensificou desde 1960, período em que a população urbana representava 44% no total, alcançou 84% no ano de 2010. (IBGE, 2010).

² Lei Federal 10.257 aprovada em 2001 a qual regulamenta os instrumentos da Política Urbana. Atribui o Plano Diretor Municipal com o principal instrumento para a sua implementação.



acesso ao saneamento básico, além de características espaciais da expansão urbana vertical e horizontal de Montes Claros, bem como da disponibilidade de áreas verdes na cidade. Depois dessa introdução que contextualiza o processo de produção das desigualdades no Brasil, a primeira parte aborda aspectos teóricos da cidade e da urbanização contemporânea. A segunda parte analisa o processo de desigualdades sociais na cidade média de Montes Claros. E encerra-se com as considerações finais.

Cidade, Urbanização e Desigualdades Sociais

A cidade e a urbanização são analisadas por diferentes ciências e de diferentes modos delineados pelos autores com o objetivo de fundamentar o importante papel que possuem nos distintos períodos da história. Elas se redefinem profundamente nos processos de reprodução das relações capitalistas de produção e produzem vários efeitos na dinâmica urbana industrial contemporânea a que vive a sociedade global. Daí, a importância de se compreender de fato, esse par em seus enfoques contemporâneos, notadamente aqueles relacionados à acentuação das problemáticas, conflitos e contradições decorrentes da expansão da urbanização e manifestadas na cidade no tempo e no espaço histórico em distintas formações socioespaciais.

Mas, o que é a cidade e a urbanização contemporânea? Qual a sua natureza? Como pensá-las no nível epistemológico, seus elementos e dimensões de análise? Como essa nova face cidade – urbano se manifesta no caso da Urbanização Brasileira?

Na concepção de Castells (1972), a cidade como forma da urbanização é um produto social. A cidade é o lugar da produção da vida social e também a base da produção e reprodução do capital em diferentes escalas, da nacional a mundial e, ainda da estrutura física, política e cultural de um dado espaço. Assim, a cidade mantém o seu protagonismo no processo de urbanização. O urbano não remete unicamente uma dimensão espacial, mas, exprime também a organização social do processo de reprodução da força de trabalho, e, se projeta como uma instância política e cultural.

Assim, a cidade como forma e a urbanização como expressão dela; ou seja, diante do par forma e processo urbano, tal como afirmou Santos (1985); traduzem uma relação recíproca e dialética que se interpenetram constantemente. Nesse sentido, a dimensão da cidade e da urbanização, recoloca-se conceitual e empiricamente, propondo novas abordagens e questões, entre elas, correspondendo aos objetivos desse texto, apontam-se: em quais direções se desenvolvem as importantes contribuições de teóricos sobre cidade e urbanização no mundo



moderno e, quais os elementos, efeitos e processos deles se revelam, reproduzindo, entre outros, diferenças geográficas como as desigualdades sociais? E, ainda como essas desigualdades são produzidas nas mais distantes escalas, entre elas, a das cidades médias no Brasil?

O processo de urbanização do mundo acelerou-se desde o século XIX, consolidando-se especialmente ao longo do século passado. Como efeito disso, tem-se o crescimento rápido das cidades e as mudanças espaciais derivadas desse cenário, projetando uma “era urbana” na visão de Michael Storper e Allen J. Scott (2018/2015)³. Dados da ONU sobre a urbanização do planeta mostram que atualmente de 7 bilhões de pessoas, 55% vivem em áreas urbanas. A estimativa é que em 2050 a população mundial seja de 9 bilhões de habitantes, com 75% vivendo em áreas urbanas. Daí a importância de reconhecer esse fenômeno urbano contemporâneo de grande importância.

Não obstante, acentuam-se os processos de internacionalização da economia, globalização e constituição de uma sociedade integrada em redes, fruto de mudanças estruturais e processos sociopolíticos, articulados por atores ou grupos situados em arranjos histórico-políticos concretos. Tudo isso, inserido num contexto de reestruturação produtiva em dinâmicas recentes de produção, acumulação, circulação e consumo de capital, avanço de fluxos, técnicas, informações, comunicações e tecnologias e reordenamento espacial. (SANTOS e SILVEIRA, 2001; LENCIONE, 2017.)

Esse contexto impõe desafios. De fato, tem-se a necessidade de novas pesquisas e teorias urbanas a fim de entender essas questões teóricas e empíricas tão complexas que permeiam a cidade e o urbano no mundo contemporâneo ao longo do tempo e do espaço, impulsionando a construção ou a reconstrução teórica em suas bases epistemológicas. Novas geografias urbanas são produzidas a fim de interpretar o panorama atual, isto é, a natureza geral da cidade e da urbanização.

Como efeito direto dessas transformações, têm-se novos arranjos territoriais e espaciais no âmbito das cidades e da urbanização nas diversas escalas geográficas. Para Santos (2008) esse contexto inaugura novas características à urbanização na recente economia internacional. Nos países subdesenvolvidos, particularmente, a urbanização após a segunda Guerra Mundial,

³A expressão “era urbana” para os autores é empregada no sentido de que, cada vez mais, a humanidade vive em assentamentos que são claramente urbanos. É importante registrar que não postulamos a ideia de que toda a produção e reprodução espacial, social, cultural, política e econômica, entre outros aspectos, esteja centrada no domínio estrito da cidade. Ao reconhecer a sua distinção, não desconsideramos os fenômenos ligados ao mundo rural, e, por sua vez, dialeticamente imbricados na cidade ao longo do tempo e do espaço. A própria relação cidade e campo e urbano e rural como materialidade desse par, e o seu debate consiste, a nosso ver, numa análise de extrema relevância para a ciência geográfica para se compreender a estruturação e reestruturação do espaço contemporâneo, por exemplo, como apontaram Abramovay (2000), Bernadelli (2006), Graziano Silva (1997).



tem-se as cidades com suas características próprias originais marcadas pelos processos de crescimento urbano e suas conseqüências como os problemas econômicos, estruturais e sociais.

Gottidiener (1997) estabelece uma profunda relação entre desenvolvimento da sociedade e mudança espacial, a partir dos anos 1970. Para o autor, a forma urbana remete a necessidade de ideias novas para compreender o atual processo de urbanização. Especificando essa dinâmica da urbanização contemporânea, o autor avalia que esse processo tem relação direta com três elementos que se articulam de forma dialética e processual: DSTT - Divisão Social e Territorial do Trabalho, Desenvolvimento Técnico e Classes sociais.

Lefebvre (2001, p.89) avalia as situações problemáticas presentes nesse contexto apontando que: “Temos à nossa frente um duplo processo ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social”. O autor ressalta que os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e, no entanto, é conflitante, dialético, estando longe, portanto, de estar elucidado como também terminado.

O referido autor adota as expressões “Sociedade Urbana” e “Revolução Urbana” em seus estudos para a leitura do cenário urbano atual. No movimento ou passagem da cidade para a sociedade urbana, Lefebvre (2001) propõe este último conceito (sociedade urbana) para denominar a sociedade pós industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede. Nela explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas. Do mesmo modo, utilizando-se a palavra revolução urbana, designa o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período de crescimento e industrialização, ao período no qual a problemática urbana prevalecerá.

Em “A Cidade dos Ricos e a Cidade dos Pobres”, Secchi (2013) reflete a contemporaneidade caracterizada por uma ideologia e uma retórica, isto é, a ideologia do mercado e a retórica da segurança, na qual da política de identificação e reconhecimento se passa à da separação e exclusão. Tratando como “Novas formas de Urbanização⁴” o autor afirma que é possível identificar uma sequência de urbanização, primeiramente construída sobre a experiência da concentração progressiva, acompanhada, por conseguinte, pela fragmentação e dispersão do urbano em “territórios de dimensões inimagináveis”.

Bolay (2016, p. 3) especifica essa dinâmica interpretando como “um corolário dessa urbanização globalizada, com uma mudança da pobreza em massa das áreas rurais para as

⁴ Além dos expostos, cabe mencionar os trabalhos de Z. Bauman (1999, 2001) sobre Globalização, Sociedade Contemporânea e Modernidade e de E. Soja (2013) que identifica um processo de urbanização regional multiescalar, policêntrica, avançando na teoria sobre cidade e urbanização contemporânea.



urbanas e um bilhão de pobres na sua maioria vivendo em cidades do sul”. No entanto, reconhece que esta porção “continua a ser um lugar vibrante de criatividade e inovação”. O autor avalia que se trata de uma questão grave e largamente ignorada e concebe o desenvolvimento histórico da humanidade em termos de sua cultura e tecnologias, além das políticas públicas.

Sposito (2010) contribui para o entendimento global das mudanças no processo de urbanização argumentando sobre o perfil multiescalar da abrangência desse processo ao abarcar países e redes urbanas de diversos níveis, refletindo uma contemporaneidade nada homogênea. Essa análise traz à tona a urbanização como fenômeno, totalidade, considerando, claro, suas especificidades dada a formação socioespacial a que vincula.

Zandonadi (2013, p.11) advoga que o processo de urbanização contemporâneo revela dois movimentos contraditórios e complementares, que são: o de expansão e da crise da e na produção/reprodução do espaço urbano, onde as semelhanças no conteúdo das definições reforçam a interpretação de que se tratam do mesmo processo. Isto é, “[...] a urbanização nos moldes do modo de produção capitalista, na qual sua dinâmica segue os padrões de expansão e intensidade deste modo de produção à escala global”. Configura-se uma homogeneização de dinâmicas urbanas na escala do global, contudo, com diferenças espaço-temporais, o que demonstra que não são utilizadas e homogeneizadas as mesmas relações culturais, sociais e econômicas e os mesmos instrumentos técnicos para a expansão da urbanização, mas sim, a intensificação da acumulação na escala global.

Verifica-se então um processo de mudança não somente estritamente socioeconômico, mas também de natureza espacial gerando distinções e desigualdades tornando mais complexa a leitura do território global e nacional. A discussão exposta até este ponto identifica um aspecto importante do processo de urbanização na atual etapa, um ponto crítico, como sendo produtor de muitos processos em uma dinâmica capitalista de produção em escala mundial.

Desse modo, não obstante, inseridos nesse processo denominado de nova urbanização em sua diversidade e complexidade, constata-se impactos negativos e efeitos, para além do crescimento econômico das cidades. Muitos problemas significativos as marcam, tais como crises e estagnação, precarização das relações de trabalho, pobreza, infraestrutura urbana inadequadas, estratificação e iniquidades sociais. Entre elas, as dinâmicas das desigualdades de diversas dimensões que se expandem, que será tratada nesse texto, no caso de cidades médias, conjuntura até então mais intensa nas metrópoles.

Por essa razão, optou-se nesse texto tratar, entre outros processos espaciais, as desigualdades sociais, intrínsecas ao modo de produção capitalista em suas múltiplas escalas, a



complexidade e o dinamismo dos processos e alterações socioespaciais e aprofundamento na perspectiva das cidades médias⁵. Aglomerações não metropolitanas, relevantes no Brasil não apenas pela sua expressividade demográfica e econômica, mas pelos seus novos papéis, processos espaciais e novas dinâmicas, em suas especificidades, a que se nota nelas nas últimas décadas. As desigualdades constituem um tema pouco estudado em realidades urbanas não metropolitanas no Brasil. Melazzo (2007, 2009) apontou em seus estudos que as cidades médias são marcadas pela permanência ou ampliação das desigualdades sociais. O próximo item analisa as desigualdades sociais na cidade média de Montes Claros/MG.

Montes Claros/MG: características socioeconômicas

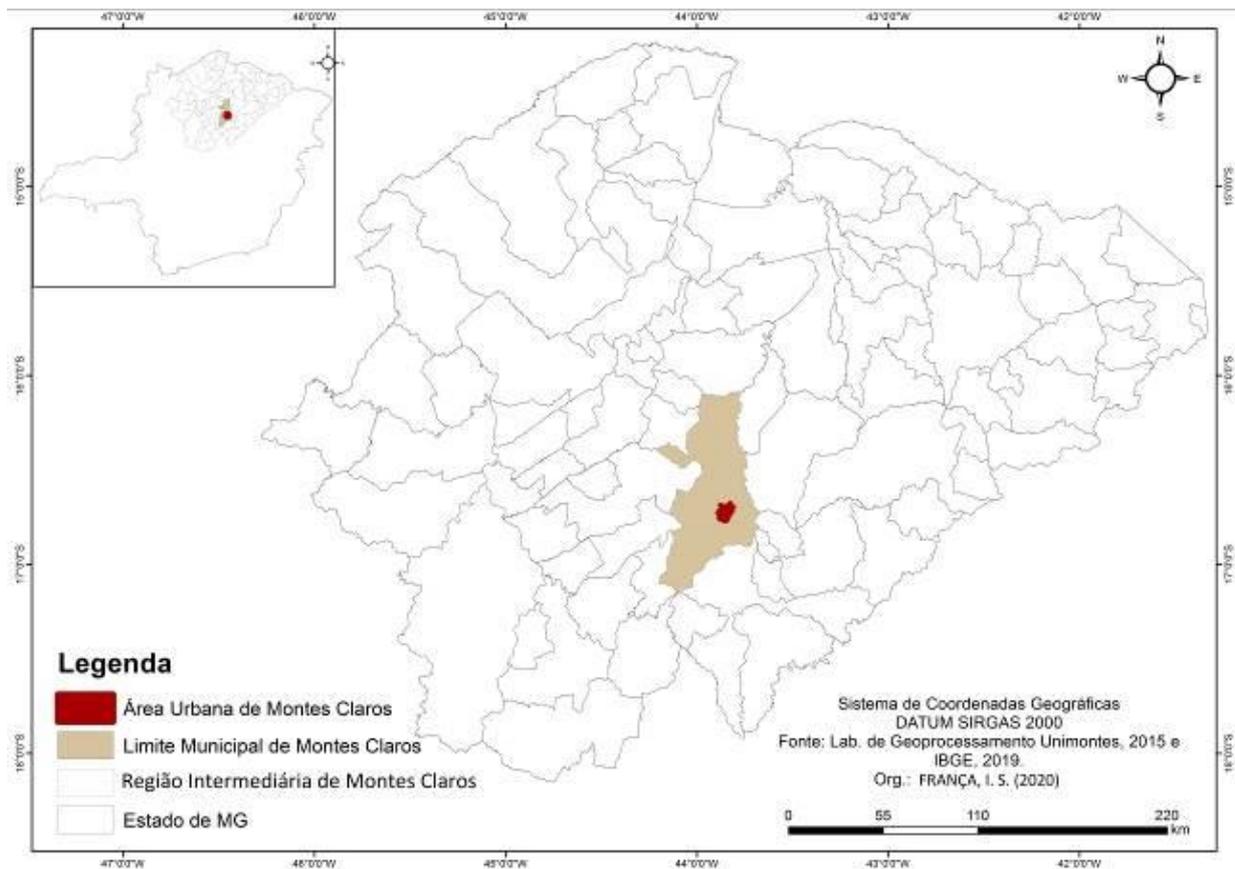
Montes Claros está localizado no Norte do estado de Minas Gerais, a aproximadamente 400 quilômetros da capital Belo Horizonte. A região Norte de Minas abrange uma área territorial de 128.602 km², o equivalente a 21,85% do Estado de Minas Gerais. Na Nova Classificação do IBGE denominada Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017) há uma mudança na composição dos municípios do Norte de Minas (antiga denominação Mesorregião Norte de Minas) para Região Intermediária de Montes Claros (RIMC). A RIMOC compreende no total de 86 municípios sete Regiões Geográficas Imediatas, sendo elas: Espinosa, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas e São Francisco.

Com uma população estimada de 409.341 habitantes, de acordo com o IBGE (2019), Montes Claros, um dos principais centros urbanos do Norte de Minas Gerais, não é uma cidade isolada, mas se configurou como uma centralidade regional. Exerce influência direta sobre os 86 municípios das sete Regiões Geográficas Imediatas a ela vinculadas. Como já apontado, Montes Claros é uma cidade média e isso foi atestado a partir de um conjunto de pesquisas

⁵ O fenômeno da urbanização do território se generalizou no país no final do século XX promovendo o crescimento e os papéis desempenhados pelos espaços não metropolitanos. Desde então, um conjunto de pesquisadores do Brasil, entre eles, geógrafos urbanos⁵ tem-se dedicado a temática cidades médias no Brasil. As pesquisas desenvolvidas por esses estudiosos com a adoção de perspectivas teóricas, conceituais e empíricas diversas revelam a importância de se compreender no contexto atual da urbanização o seu reatamento sobre as cidades médias, isto é, as suas dinâmicas atuais, denotando o que é particular a essas cidades, revelando as suas singularidades e escapando de generalizações de qualquer nível. Para uma ampla consulta e discussão sobre as cidades médias pesquisar a ReCiMe – Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias que produz um conjunto de pesquisas sistematizadas sobre esses centros urbanos e vem divulgando os resultados desde o ano de 2007. Seu endereço é <https://sites.google.com/a/recime.org/producao-da-recime/rede/recime>. Não é objetivo desse estudo discutir as teorias que envolvem cidades médias, embora reconheçamos essa importância para as linhas de investigação. Para os propósitos desse artigo, trataremos as cidades médias de maneira geral.

desenvolvidas por Amorim Filho e Rigotti, (2007), Pereira (2007) e França (2007)⁶. Assim considerada pelo seu tamanho populacional, dinamismo econômico, referência em estrutura política e administrativa e centralidade regional. Foi classificada pelo REGIC (IBGE, 2008) como Capital Regional C, sob a região de influência direta da metrópole mineira.

Mapa 1 – Região Intermediária de Montes Claros/MG



Fonte: Elaborado por Iara França (2020)

O município é uma das maiores economias mineiras representando o 9º lugar no ranking municipal de composição do PIB estadual, em 2017. De acordo com o IBGE, no ano de 2017 Montes Claros apresentou PIB no valor de R\$ 8,97 bilhões de reais. Considerando o PIB por setores econômicos, no ano de 2017, destaca-se a participação do setor de serviços com 74%, enquanto os setores industrial e agropecuário responderam, respectivamente, por 24% e 2% do PIB municipal. (IBGE 2017).

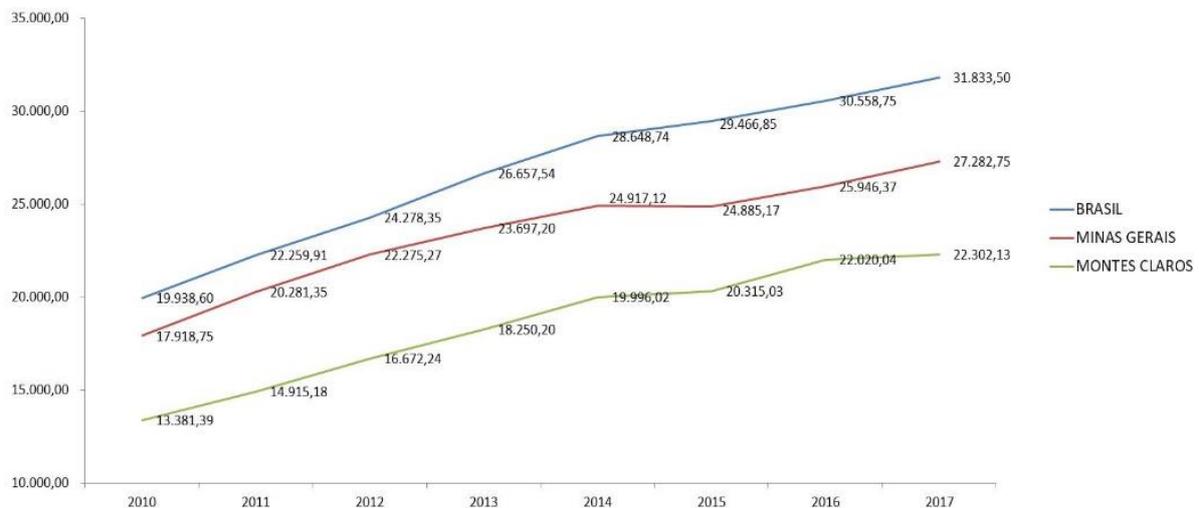
⁶ Estudos realizados sobre a temática cidades médias, dentre eles: Os Limiares Demográficos na Caracterização das Cidades Médias (AMORIM FILHO; RIGOTTI 2007), Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais (PERERA, 2007) e A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais (FRANÇA, 2007) qualificam Montes Claros como cidade média tendo como pressupostos, dentre outros fatores, a posição geográfica que se encontra no território norte mineiro e a função regional que exerce nesse espaço. Registra-se que Montes Claros foi a única cidade do Norte de Minas incluída no Programa de Cidades de Porte Médio, parte integrante da política pública definida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento na década de 1970 (FRANÇA, 2007).

Ao analisar o PIB de Montes Claros por setores da economia pode-se estabelecer relação entre a expansão do setor educacional na cidade, especialmente a educação superior e técnica, e o setor de saúde, nas últimas décadas, como um dos principais vetores do crescimento econômico no PIB de serviços e da riqueza da cidade como um todo. A cidade produz bens e serviços, possuindo uma infraestrutura de suporte que, por sua vez, permite os fluxos mais diversos com os municípios da região. Esta é uma tendência marcante na dinâmica econômica das cidades médias, que tem demonstrado grande importância do setor terciário, como é o caso de Montes Claros/MG.

Por outro lado, as cidades médias inseridas nas dinâmicas de reprodução capitalista são lócus de produção de desigualdades interurbanas na escala da região em que se inserem. Também Montes Claros, ao reafirmar sua posição de centralidade regional amplia a dependência que outros municípios têm em relação aos serviços e comércios que oferece. Também na escala intraurbana isso não se configura de outro modo.

O gráfico 1 apresenta os dados sobre a evolução do PIB Per capita no período de 2010 a 2017 e indicam que o município de Montes Claros teve o crescimento de 67% deste índice no período em análise, onde a média brasileira cresceu 60% e a de Minas Gerais 52%. No entanto, o PIB Percapita de Montes Claros ainda se encontra, hodiernamente, com valor inferior à média do Brasil e de Minas Gerais.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto Per capita, Brasil, Minas Gerais, Montes Claros, (2010-2017)

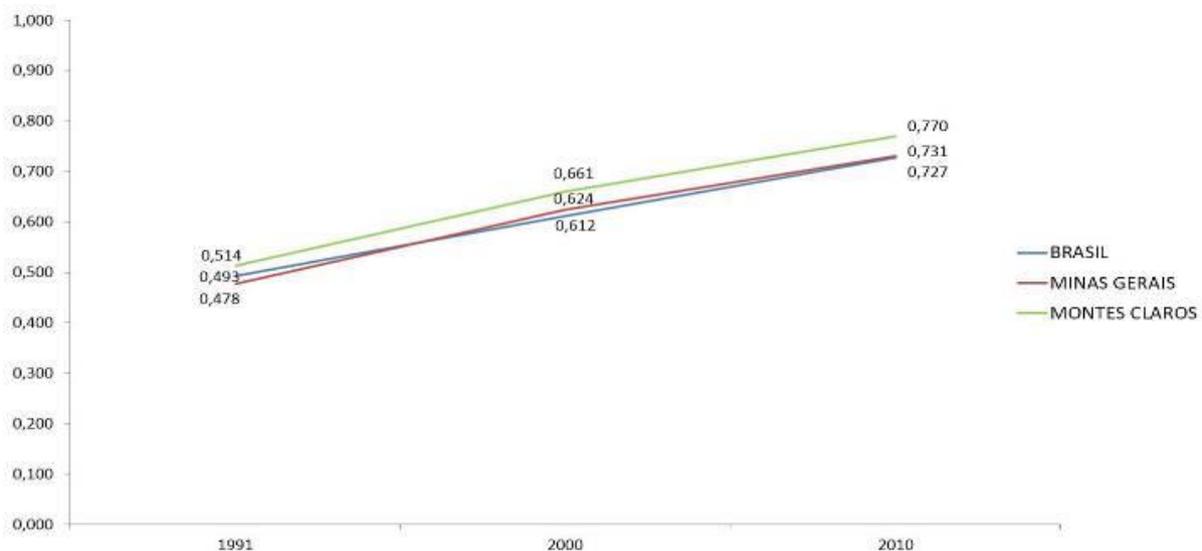


Fonte: IBGE, 2017

Referindo-se ao Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no gráfico 2 pode-se observar o

comportamento do mesmo no período de 1991 a 2010. Montes Claros mantém, no período em exame, o IDH superior às médias do Brasil e de Minas Gerais. Vale resgatar que o IDH é composto pela média aritmética dos indicadores de desenvolvimento de: renda Percapita, escolarização e longevidade da população. Quanto mais próximo de 1 (um) melhor são as condições de desenvolvimento humano.

Gráfico 2 – Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, Brasil, Minas Gerais, Montes Claros, (2010-2017)

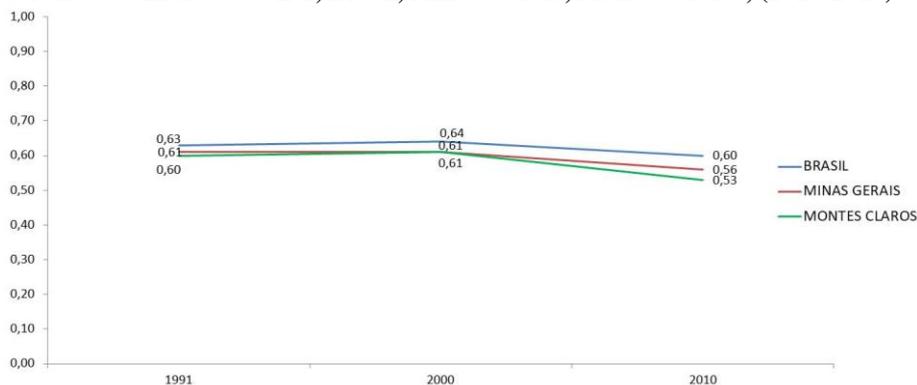


Fonte: IBGE, 2010

Considerando as desigualdades de renda, já no Gráfico 3 é possível examinar o Índice de GINI no período de 1991 a 2010. Observa-se que Montes Claros possuía, em 2010, o índice de GINI inferior às médias do Brasil e de Minas Gerais. Interessante ver, também, que entre 2000 e 2010 o município reduziu a desigualdade em escala superior às médias do país do e Estado. Quando mais próximo de 0 (zero) mais igualitária é a distribuição da renda e quanto mais próximo de 1 (um), maior a desigualdade de renda.

Os dados apresentados nos gráficos 1, 2 e 3 possibilitam inferir que Montes Claros em passado por um processo de crescimento econômico pujante, a partir de 2010, refletindo no crescimento da renda per capita municipal em taxa superior às médias do Brasil e de Minas Gerais. Isso também pode ser percebido na melhoria continuada do Índice de Desenvolvimento Humano e no Índice de GINI.

Gráfico 3 – Índice de GINI, Brasil, Minas Gerais, Montes Claros, (2010-2017)



Fonte: IBGE, 2010

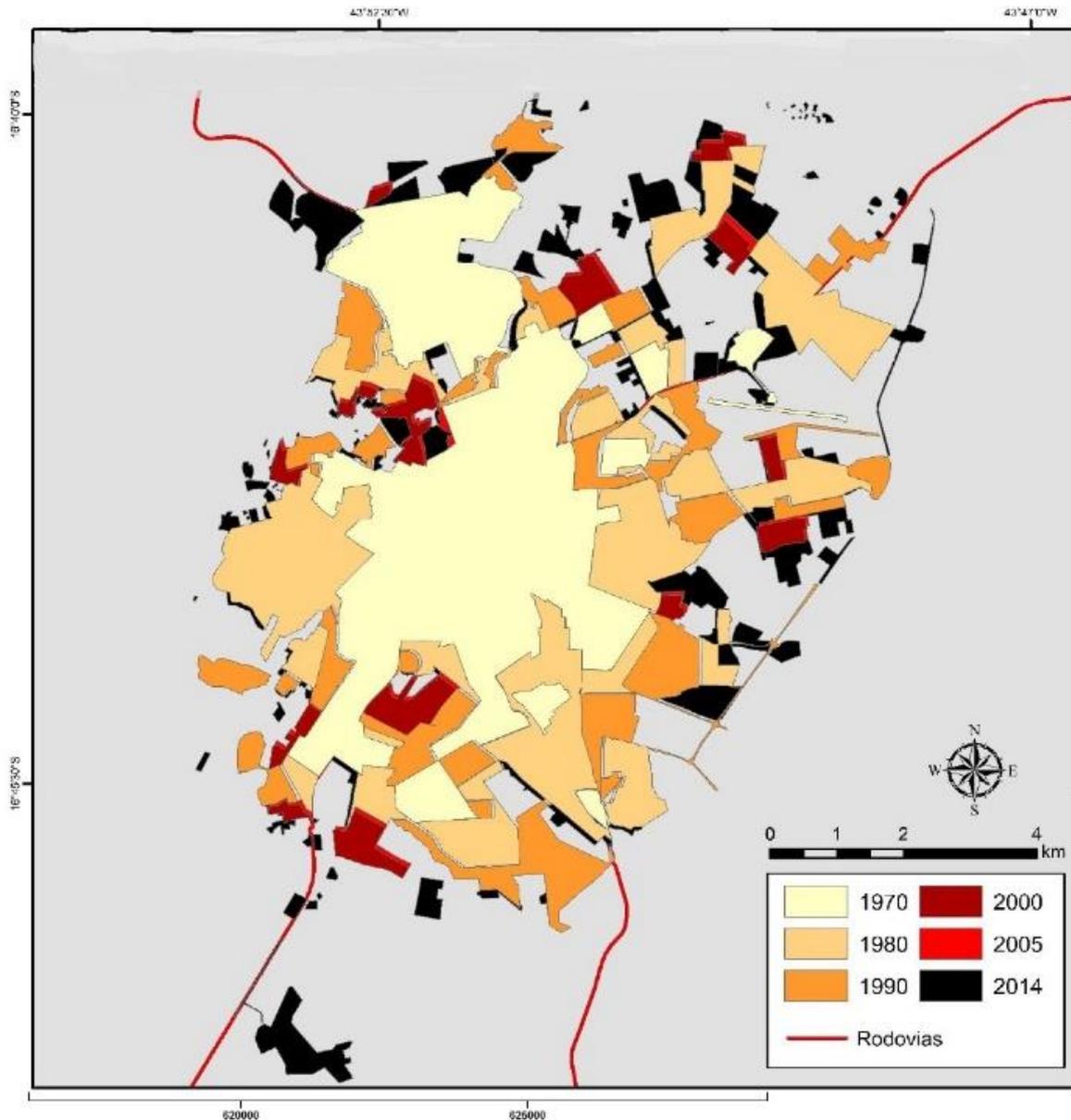
Ainda que os índices mostraram-se positivos quando comparados com aqueles da escala estadual e nacional, deve-se problematizá-los considerando a realidade urbana. Melazzo (2012, p. 232) ao analisar a produção do espaço e a ampliação das desigualdades socioespaciais em cidades médias defende “a existência de um padrão historicamente construído contraditório”, marcado pela capacidade maior de um município de se urbanizar e produzir do que a média do conjunto onde se insere na região imediata, denotando então, a concentração da riqueza. Salvo, as especificidades entre cidade médias, Montes Claros representa bem essa realidade, isto é, um padrão mútuo de produção de riqueza e desigualdades.

Expressões de desigualdades intraurbanas em Montes Claros

Os referidos indicadores PIB per capita, IDH e GINI, embora importantes para comparar o município de Montes Claros em relação às médias nacional e estadual, e também com outros municípios, não permite examinar as desigualdades em escala intramunicipal. Para tanto, é importante, por exemplo, analisar a estratificação da renda, a distribuição da população, dos equipamentos públicos, das áreas verdes, saneamento básico, a expansão horizontal e vertical, dentre outros, de acordo com as regiões de planejamento da cidade. Embora, os mapas subsequentes não apresentem informações sobre a área rural do município, o fato de Montes Claros concentrar na cidade 95% da sua população total, faz da cidade uma amostra importante para se pensar a desigualdade na escala intraurbana remetendo aos processos de produção e estruturação da cidade. Os dados apresentados demonstrarão essa assertiva. O Mapa 2 representa seis momentos da expansão urbana⁷ de Montes Claros.

⁷A área urbana de Montes Claros é dividida em 19 Regiões de Planejamento - RP, com base nos setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Medida Instituída através do Decreto Municipal nº 3.393, de 17 de maio de 2016.

Mapa 2 – Evolução da expansão urbana de Montes Claros



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento/Unimontes, 2020.

O adensamento urbano até a década de 1970 concentrava-se na área central da cidade, que, à época, não era setorizada em parte residencial e comercial. Os loteamentos e a criação de novos bairros, em regra, limitavam-se à proximidade do núcleo central (LEITE, 2011).

A inclusão de Montes Claros na área de atuação da SUDENE, a criação do Distrito Industrial e a chegada das indústrias, a partir de meados da década de 1960 promoveram um direcionamento da população, em busca de emprego e proximidade com o local de trabalho, para o norte da cidade. Os deslocamentos intraurbanos aumentaram e, em decorrência disso, surgiram novos loteamentos destinados a população de baixos rendimentos, a expansão horizontal é ativada. Assim, adensaram-se, a partir da década de 1970, os bairros Renascença e



Santos Reis, no vetor norte da cidade, habitados predominantemente por uma população de baixa renda (GOMES, 2007).

Na década de 1980, a expansão foi direcionada para os setores sul, leste e oeste da cidade. O setor sul foi ocupado inicialmente por famílias de baixa renda, imigrantes de municípios vizinhas, conformando bairros de alta densidade demográfica como o Major Prates e Maracanã. Entre os loteamentos implantados nessa década, o do Ibituruna, setor oeste, destaca-se como o maior bairro da cidade e que concentra população de alta renda. Embora o loteamento tenha sido iniciado nos anos 80, sua ocupação efetivamente ocorreu entre nas décadas de 1990 e 2000. No setor leste, foi criado o loteamento Independência, um dos bairros mais populosos, onde se concentrou população de baixa renda, em razão do baixo valor do solo urbano (LEITE, 2011).

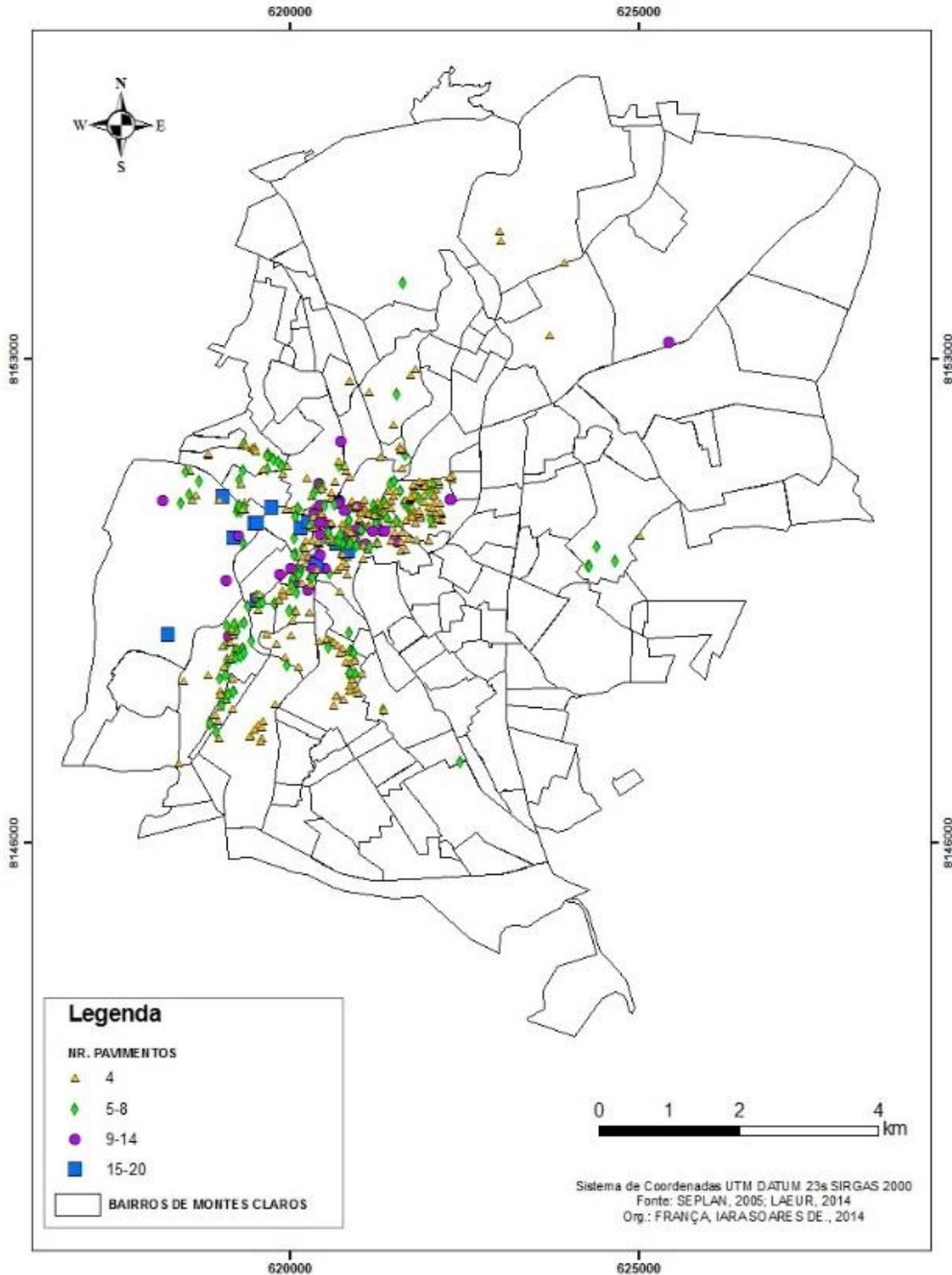
Até a década de 1990, a ocupação do solo se deu de modo, predominantemente, horizontal, decorrente do espraiamento do tecido urbano em razão do crescimento rápido e intenso da cidade. A partir de 2000, verifica-se a intensificação da verticalização da cidade de Montes Claros e a ocupação de áreas vazias (LEITE, 2011). Pesquisa desenvolvida por França e Almeida (2015) diagnosticou o padrão atual de expansão urbana de Montes Claros. De acordo com as autoras, o processo de verticalização em Montes Claros se espalha atualmente para avenidas que se configuram como eixos de desenvolvimento de atividades econômicas diversas. Além disso, no sudoeste da cidade, especialmente nos bairros que compõem o sopé da Serra do Mel, estão sendo construídos diversos empreendimentos imobiliários verticais. Isso decorre do alto valor do uso do solo e de transformação de avenidas em eixos de centralidades urbanas. Soma-se a isso, a necessidade de fuga dos problemas de trânsito e do grande adensamento de construções verticais na área central.

A maioria dos empreendimentos identificados (Mapa 3) possui quatro a seis pavimentos e foram construídos recentemente, após o ano 2000. Os edifícios com mais de nove andares se localizam principalmente na área central e sudoeste. Além de possibilitarem a sensação de segurança, estes espaços simbolizam poder econômico dada a localização em áreas de alto valor do uso do solo urbano. (FRANÇA, ALMEIDA, 2015).

No atual contexto de expansão urbana vertical de Montes Claros é importante mencionar que o mercado imobiliário é responsável pela valorização do solo urbano, tendo as famílias tradicionais como os principais proprietários de terrenos na área urbana e, com isso, redirecionando o crescimento urbano rumo às áreas não centrais. Juntamente com o aparato público os empreendedores imobiliários aumentam sua lucratividade, transformam a dinâmica urbana e econômica, promovendo novos modos de morar, consumir e reproduzir o espaço

urbano como a segregação socioespacial e o controle no mercado de terras. (FRANÇA, ALMEIDA, 2015).

Mapa 3 – Verticalização urbana por número de pavimentos

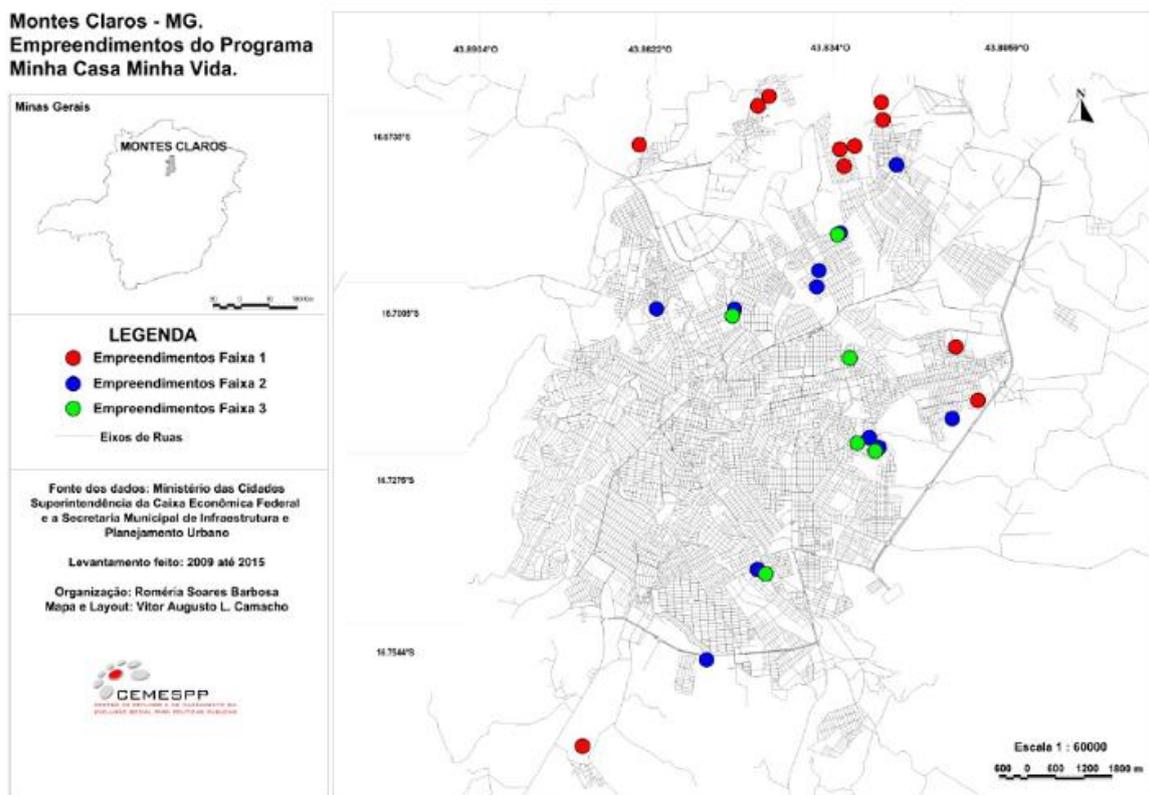


Fonte: Elaborado por Iara França, 2020.

Como mostra o Mapa 3 notadamente nos anos 2000 e 2005, verifica-se uma maior intensidade na expansão urbana alterando toda a estruturação e padrão de ocupação de Montes Claros. A partir de 2009, com o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, e a criação de residenciais para atender à Habitação de Interesse Social - HIS, reintensifica-se o processo de espraiamento do tecido urbano.

No mapa 4 ilustra-se os empreendimentos por faixas⁸ ofertadas pelo PMCMV em Montes Claros, no período de 2009 a 2015, denotando a intensidade na expansão urbana horizontal.

Mapa 4 – Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida



Fonte: Elaborado por Iara França, 2020.

São 11 conjuntos habitacionais do PMCMV faixa 1, 8 deles localizados na zona norte. Destaca-se que, todos os empreendimentos da faixa 1 foram construídos nos extremos norte, leste e sul da malha urbana. Cinco (5) destes estão localizados na extensão do bairro Vilage do Lago, zona norte, separados apenas por ruas, num total de 2.190 residências. (BARBOSA, 2016).

⁸ Os empreendimentos da faixa 1 são destinados às famílias com renda mensal bruta de até R\$1.800,00, a faixa 1,5 para até R\$2.350,00, a faixa 2 entre R\$2,351,00 até R\$3.600,00; já a faixa 3 para até R\$6.500,00.

Verifica-se então que as distribuições dos empreendimentos nas faixas 2 e 3 são mais pulverizadas em relação a faixa 1 que é mais concentrada na zona norte. Trata-se de uma porção empobrecida de infraestrutura, bem como de equipamentos urbanos públicos como escola, creches, posto de saúde, transporte coletivo e outros. Com o preço da terra urbana baixo, as unidades residenciais são construídas em larga escala, com maior rentabilidade para os agentes imobiliários. (BARBOSA, 2016).

Foto 1: Conjuntos Habitacionais na extensão do Bairro Village do Lago, na zona Norte de Montes Claros.



Autor: BARBOSA, 2016.

Essa prática recorrente nas políticas de habitação social no Brasil imprime nova configuração no espaço, sobretudo, pela inobservância dos gestores públicos em garantir o direito à cidade, em sua totalidade, aos moradores desses empreendimentos. Observa-se então, que seguindo as características marcantes do processo de urbanização brasileiro, a implantação de tais empreendimentos reforça a lógica capitalista de produção desigual do espaço, relegando às camadas sociais de baixa renda as piores áreas para moradia, isto é, periféricas distantes da área central e do mercado de trabalho e desprovidas de urbanidade, configurando o acesso desigual a moradia.

Outro aspecto que marca o crescimento horizontal em Montes Claros, além da periferação, e concomitantemente a esse processo, são os chamados vazios urbanos. Estes alimentam a prática da especulação imobiliária para que haja sobrevalia ao preço da terra. De acordo com Leite et al (2014), no ano de 2000, esses vazios somavam uma área de 46,7 km²,



correspondentes a 46,2% do perímetro urbano de Montes Claros. Em comparativo, em 2011, em razão de ampliação de 39,6 km² no perímetro urbano, as áreas de vazios urbanos aumentaram para 50% da área urbana.

Na última onda de expansão (Mapa 1) verifica-se a ocupação nas extremidades de Montes Claros, Zona Norte, Sul, Leste e também Oeste revelando um novo processo de dispersão do espaço urbano. O espraiamento do tecido urbano se realiza com a lógica capitalista de valorização de áreas com alta especulação imobiliária pelos agentes envolvidos com a produção do espaço, caracterizando uma utilização extensiva do território urbano, condição para que o processo de urbanização extensiva se realize.

Como vetores de expansão horizontal em Montes Claros, nessas áreas tem-se também a produção recente de novas centralidades urbanas gerando novas formas de expansão do território urbano. A implantação e proliferação de condomínios de alto padrão⁹ seguindo a lógica do mercado de terras com novas localizações, reconfigura todo o espaço urbano. Nessa escala tem-se uma maior densidade e complexidade urbana onde por meio da produção do espaço acarreta simultaneamente nos setores periféricos a localização das camadas mais pobres e de grupos sociais de maior poder aquisitivo.

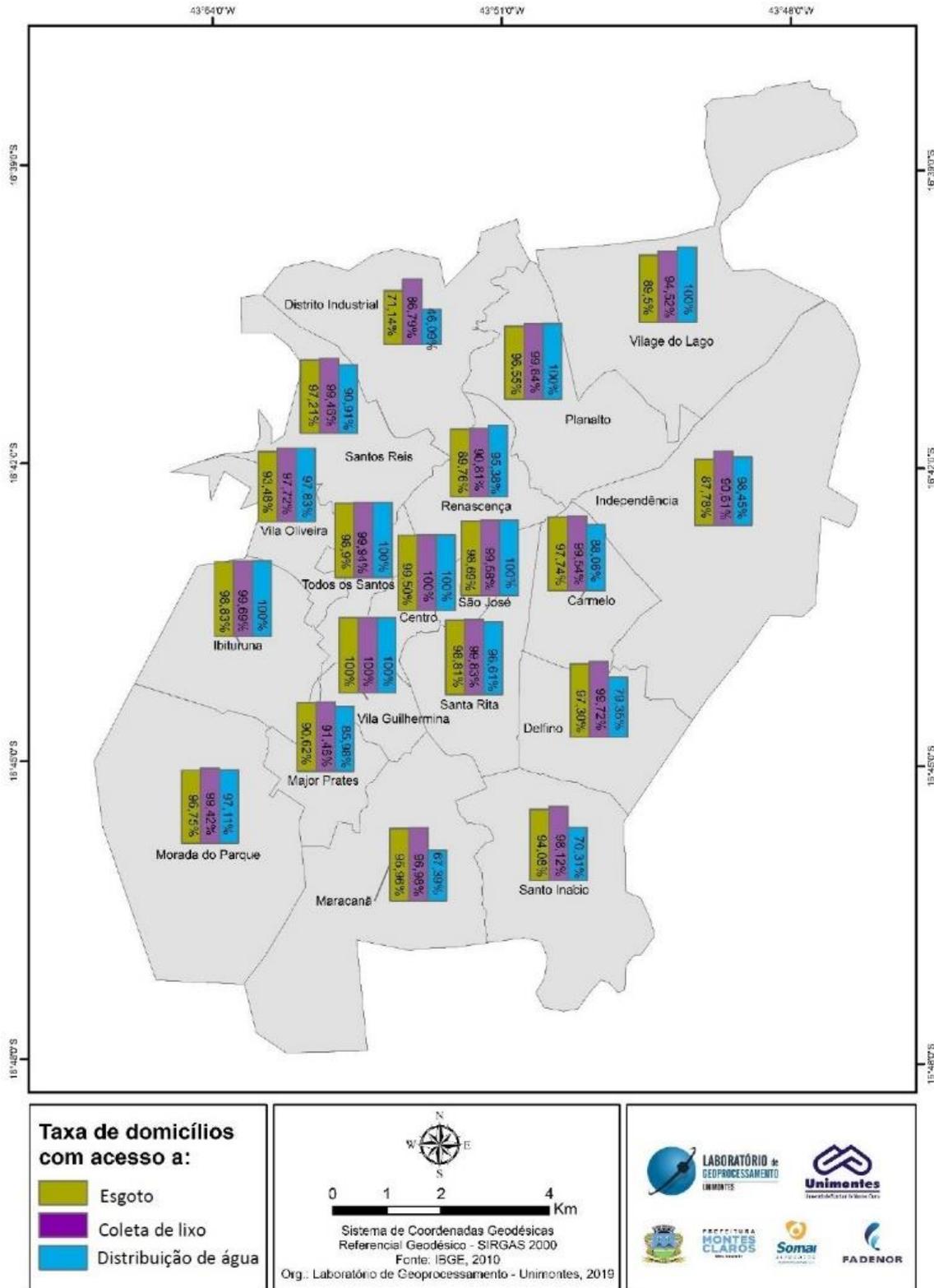
As condições de habitação entre as classes sociais também permitem inferir as desigualdades no espaço urbano e o processo de produção a ele atinente. De acordo com os dados do IBGE (2010) o saneamento básico, compreendido como acesso à rede de esgoto, rede de água potável e coleta sistemática de resíduos sólidos domésticos (lixo), em Montes Claros não ocorre em toda a área urbana com os mesmos níveis de acesso. (Mapa 5).

Em 15 das 19 Regiões de Planejamento (RP) de Montes Claros, mais de 90% dos domicílios têm acesso à rede de esgoto. Em outras 4 RPs, 70% e 80% dos domicílios têm acesso à rede de esgoto. Quanto à coleta do lixo, 18 das 19 RPs tem mais de 90% dos domicílios atendidos. Em 01 RP a coleta atende a 80% dos domicílios. Em relação ao acesso à rede de água potável 70% das RPs tem mais de 90% dos domicílios atendidos, sendo que as 30% das RPs restantes têm entre 70% e 80% dos domicílios com acesso à rede de água potável. Entretanto, nesse quesito cabe ressaltar 03 RPs. As RPs Maracanã e Santo Inácio com níveis mais baixos de acesso à rede de água potável e a RP Distrito Industrial, que pela presença de indústrias têm fontes próprias de água (poço artesiano, por exemplo). Esses dados demonstram

⁹ No ano de 2014, Montes Claros possuía um total de 24 desses empreendimentos horizontais, sendo que 96% foram construídos a partir dos anos 2000, de acordo com França (2014). Para mais detalhes sobre esses empreendimentos em Montes Claros, consultar França 2014 (Geo UERJ. Rio de Janeiro - Ano 16, n.º. 25, v. 1, 1º semestre de 2014, p.19-38 ISSN: 1415-7543 E-ISSN: 1981-9021 <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>).

que as piores taxas referentes ao acesso a Saneamento básico concentram-se no Norte e Sul (bairros Distrito Industrial, Maracanã e Santo Inácio).

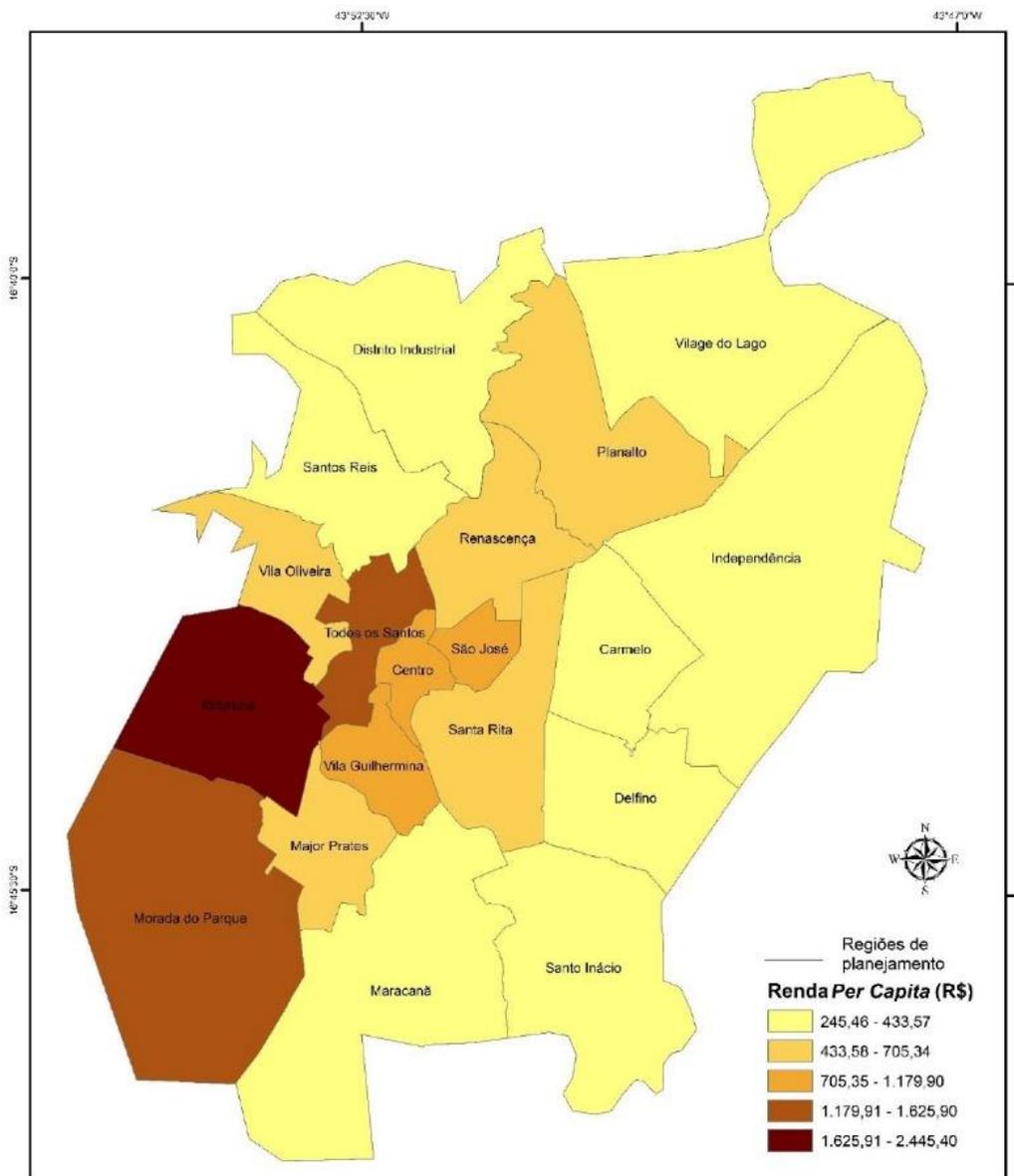
Mapa 5 – Saneamento Básico por Região de Planejamento



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento/Unimontes, 2020.

Outro indicador que mostra a configuração das desigualdades em Montes Claros é a renda, evidenciando a sociedade dual montesclarence, marcada pela disparidade na sua distribuição. A renda per capita média das RPs da cidade de Montes Claros pode ser analisada no Mapa 6. Nota-se a concentração dos segmentos de baixa renda per capita nas zonas Norte, Leste e Sul (Santo Inácio, Vilage do Lago e Carmelo) e de população de alta renda per capita na zona centroeste (Ibituruna, Todos os Santos, Morada do Parque e São José).

Mapa 6 – Renda Per capita por Região de Planejamento



O rendimento domiciliar é calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores. São considerados os rendimentos de trabalho e de outras fontes de todos os moradores.

0 1 2 4 km

Sistema de Coordenadas Geodésicas Referencial Geodésico - SIRGAS 2000
 Fonte: PMMC, 2016 / IBGE 2010
 Org.: Laboratório de Geoprocessamento - Unimontes, 2019



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento/Unimontes, 2020.

Torna-se muito evidente a concentração da população com renda per capita maior na RP Ibituruna, seguida pelas RPs Todos os Santos e Morada do Parque. Em 8 (oito) RPs que concentram 46% da população da cidade, em 2010, a renda per capita era até 6 vezes menor do que a renda per capita da população da RP Ibituruna. É marcante o contraste entre a renda per capita da população das 6 (seis) RPs localizadas nas áreas central e sudoeste em relação às demais RPs da cidade.

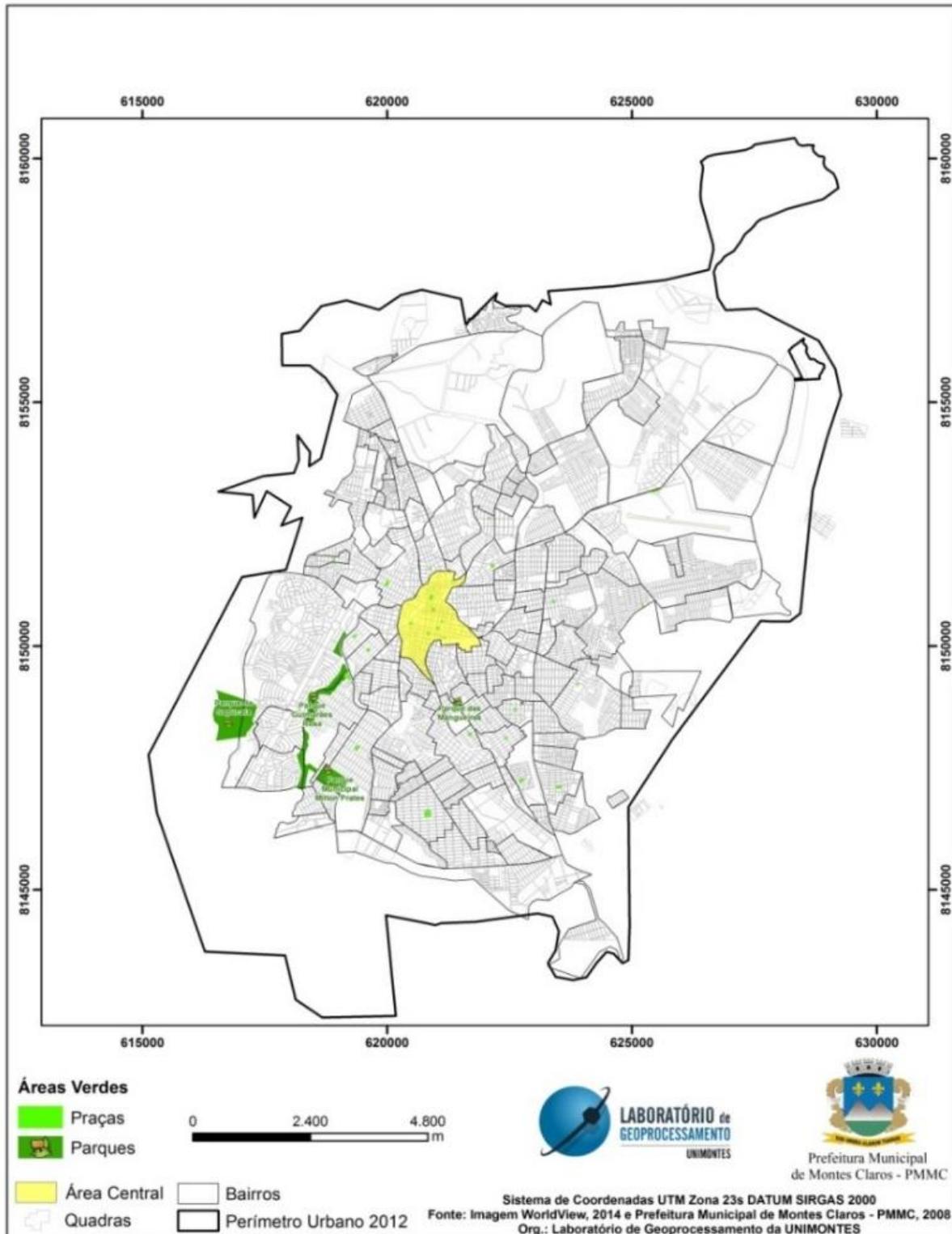
As desigualdades sociais em Montes Claros também podem ser apreendidas a partir da distribuição de áreas verdes na malha urbana. É sabido que na busca da qualidade de vida em ambientes urbanos, os espaços públicos promovem além do efeito paisagístico, estético e ambiental, o bem estar humano e as interações socioculturais entre os cidadãos. Nas cidades médias, os espaços públicos são fundamentais, pois além de propiciar o encontro e a recreação podem se configurar com o local de expressão cultural e social, ou seja, de manifestação da vida pública, para além de um espaço edificado.

O município de Montes Claros – MG conta com a arborização de apenas 56% das suas vias públicas (IBGE, 2010) e grande parte das áreas verdes urbanas públicas estão concentradas nas zonas Sul e Oeste, como pode ser visto no Mapa 7. Assim, as demais zonas de Montes Claros são carentes de espaços verdes destinados ao lazer, entretenimento e prática de esportes da população.

Exemplo disso são os Parques Municipais Milton Prates (localizado no bairro Morada do Parque), Sapucaia (bairro Morada do Sol) e o Guimarães Rosa (bairro Ibituruna), os três principais parques ambientais de Montes Claros. Estão localizados na área sudoeste da cidade, demonstrando concentração espacial em regiões de planejamento com população de maior renda per capita.

No caso de Montes Claros é fundamental expandir os espaços públicos para todo o território urbano e qualificar e reconstruir por meio de intervenções arquitetônicas e urbanísticas aqueles já existentes, dotando assim os usuários de uma variada oferta de espaços públicos para a realização de suas atividades recreativas, esportivas, culturais e públicas.

Mapa 7 – Distribuição de Parques e Principais Praças



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento/Unimontes, 2020.

Os dados apresentados nesse item demonstram que como a maioria das cidades do Brasil, uma das principais particularidades do crescimento urbano de Montes Claros e vinculado a ele, tem-se as desigualdades sociais. A cidade de Montes Claros não escapa dessa



tendência. Por um lado, populações localizadas em áreas urbanas com melhores amenidades ambientais e estruturais, e, por outro, grupos despossuídos, se localizam em setores marginalizados sem condição de cobertura de serviços urbanos básicos, configurando a condição de desigualdade.

Considerações Finais

Buscou-se examinar as desigualdades sociais e apontar as contradições urbanas inerentes ao crescimento capitalista das cidades. Nesta realidade, tem-se a produção de riqueza, que, por sua vez, acentua a distância entre a população rica e pobre, por um lado. Por outro, tem-se como reflexo desse quadro, o acesso desigual à cidade pela população.

Demonstrou-se que a desigualdade está estampada na cidade e é inerente ao processo de urbanização brasileira. É necessário analisar os agentes que a produz, as causas e efeitos desse processo. Esse quadro traz a tona o processo de produção da cidade pelos agentes modeladores do espaço, que, balizados pelas lógicas de reprodução do capital promovem concomitantemente a dinâmica econômica e desigual, como foi observado na cidade média de Montes Claros.

Seguindo a lógica da produção da cidade e da urbanização do Brasil, tem-se a cidade média de Montes Claros que ao longo das últimas décadas do século XX até o momento atual passou por profundas transformações urbanas que implicaram em muitos processos, entre eles, as desigualdades sociais.

O processo de desigualdades sociais foi apreendido em Montes Claros a partir de dados do espaço intra-urbano que permitem inferir que há desigualdades social, de renda, de acesso a equipamentos públicos, de áreas verdes e quanto aos novos padrões de moradia, dentre outros. Exemplo dessa realidade é a expansão urbana. Verificou-se nas RPs localizadas nas zonas Norte, Nordeste e Sul da cidade, a expansão urbana de residenciais, principalmente os conjuntos habitacionais, impulsionados pelo PMCMV pelo governo Federal. São áreas de expansão recente (Mapa 9) e não dispõem de equipamentos públicos comparativamente às áreas urbanas consolidadas, zona oeste. Este é um dos principais vetores de crescimento da cidade e produção do espaço, provocando as desigualdades sociais. A verticalização, por sua vez, concentra-se na área central e no tecido urbano próximo a ela com intensa valorização do solo urbano.

Uma linha de discussão e investigação que pode se desdobrar a partir desse texto, remete ao papel de Montes Claros para melhoria da qualidade de vida de sua população, redesenhando assim o seu contexto de cidade média constituída em Minas Gerais. Tudo isso



denota a importância de ações públicas que possam minimizar ou reverter o quadro de desigualdades que se encontra. O cumprimento dos instrumentos urbanísticos, entre eles, do seu Plano Diretor é um importante caminho nesse sentido. A ação pública deve executar ações coletivas nesse sentido com a promoção de políticas de igualdade para transformar tal realidade, avançando para o espaço social, para a cidade do coletivo.

Assim, é importante o desenvolvimento de pesquisas para que tenham efeitos quer seja no plano analítico como no plano da gestão do território. Captar tais processos é um exercício necessário para analisar essa cidade particularmente no conjunto de cidades médias do Brasil, contexto em que a produção do espaço pelos agentes urbanos se acentua, redesenhando suas dinâmicas socioespaciais e econômicas. Isto impõe aos diversos pesquisadores de variados campos do conhecimento muitos desafios e mudanças enormes de leitura da realidade tão dinâmica da cidade e da urbanização contemporânea.

Vale salientar que as considerações presentes nesse texto não esgotam as questões nele enfocadas, podendo apontar caminhos para novos estudos considerando a realidade concreta aqui tratada a respeito dos aspectos contemporâneos da cidade e da urbanização e as desigualdades sociais, como ponto crítico e com as consequências negativas, as crises e contradições inerentes a esses processos.

Agradecimentos

*Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.*

Referências

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo.** IPEA (Texto para discussão), n. 702, 2000, 33 p.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R., CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Revista RA'E GA.** Curitiba, n. 13. Editora: UFPR, 2007. p. 7-18.

BARBOSA, R. S. **Habitação social e segregação residencial em Montes Claros/MG.** Dissertação de Mestrado em Geografia. UNIMONTES, Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, 2016.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Globalização: As consequências humanas.** Tradução: Marcus Penchel. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1999.



BERNARDELLI, M. L. F. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKHER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão popular, 2006. P. 33-52.

BOLAY, J. C. **Urban Planning Against Poverty: how to think and do better cities in the global south**. Lausanne - Switzerland: Springer Open, 2016. 281 p. ISSN 1876-0880 (electronic). <https://doi.org/10.1007/978-3-030-28419-0>

BRANDÃO, C. Cidades médias como provedores de bens e serviços públicos e coletivos e como construtoras de cidadania e de direitos. In: SILVA, Willian Ribeiro da; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. P.99-118.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.257**, de 10 de julho de 2001. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. 4ª Ed

FRANÇA, I. S. ALMEIDA, M. I. S. o processo de verticalização urbana em cidades médias e a produção do espaço em Montes Claros/MG. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 1, p. 1-22, 2015.

FRANÇA, I. S. ALMEIDA, M. I. S.; OLIVEIRA, R. S. **Dinâmica imobiliária em cidades médias: a expansão dos empreendimentos horizontais em Montes Claros/MG**. Geo UERJ 2007, v. 1, p. 19-38, 2014.

FRANÇA, I. S. **A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. (Dissertação Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

GOMES, Fernanda Silva. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regional**. Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Programa de Pós Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. 2007.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2ª Ed. São Paulo, Edusp, 1997.

GRAZIANO SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, n. 7, maio 1997.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London; New York: Verso, 2006.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Intermediárias**. Coordenação de Geografia: RJ, 2017. 82p.



IBGE. **Regiões de Influência das Cidades** – REGIC - 2008. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> htm/>.

IBGE. **Pesquisa Produto Interno Bruto Municipal**, 2017. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> htm/>.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, M. E. **Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo urbano e da dinâmica de favela em cidade média: o caso de Montes Claros/MG**. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, (Tese de Doutorado em Geografia) 2011.

LENCIONE, S. **Metrópole, Metropolização e Regionalização**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora. 2017.

MELAZZO, E. S. Desigualdades Sócio-ocupacionais em Cidades Paulistas de Porte Médio: Análise Empírica e Sugestões de Interpretação. In: SANFELIU, C. B., SPOSITO, M. E. B. (Eds.) **As Cidades médias ou Intermediárias num mundo globalizado**. Lleida: Universidade de Lleida, 2009. p – 227-243.

MELAZZO, E.S. Indicadores empíricos para a leitura de cidades de porte médio. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp. 439-460.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. SEPLAN. **Plano Diretor de Montes Claros**. Montes Claros: PMMC, 2016. Lei Complementar 53 de 1º. Dez. 2016.

PEREIRA, A. M. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. (Tese Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

RIBEIRO, R. P. **O verde no urbano: a importância das áreas verdes na cidade de Montes Claros – MG**. Monografia. Unimontes. Curso de Geografia. 2019. 56p.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3ª. Edição. São Paulo: Edusp. 2008.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCOTT, A; STORPER, M. **A natureza das cidades: a abrangência e os limites da teoria urbana**. Geografares: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Outubro-Dezembro, 2018. P.5-29

SECCHI, B. **A Cidade do Século Vinte**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

SECCHI, B. **La città dei ricchi e la città dei poveri**. Roma: Laterza, 2013.

SECCHI, B. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva. Coleção Debates, 2006.



SOJA, E. W. **Para além de postmetropolis.** Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013.

SPOSITO, M. E. B. **Formas espaciais e papéis urbanos:** as novas qualidades da cidade e do urbano. Cidades, Presidente Prudente, v. 7, p. 125 – 147, 2010.

STORPER, M. SCOTT, A. **Debates atuais sobre a teoria urbana:** uma avaliação crítica Geografares: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Outubro-Dezembro, 2018.

ZANDONADI, J. C. Um “novo urbano” ou urbanização da sociedade? Reflexões diante do processo de urbanização contemporânea no Brasil e a ascensão das cidades médias. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.37, v.2, p.104-122, ago./dez. 2015.